

4 Estratégia Empírica

Nesta seção, apresento a estratégia empírica para investigar de que maneira eleitores informados influenciam o comportamento de partidos políticos. Primeiro, analisamos o efeito sobre o resultado eleitoral dos partidos. Segundo, examinamos como este efeito impacta a relação entre partidos e seus membros-políticos. Nos nossos dados, a revelação da informação acerca da existência ou não de corrupção no município gera a variação exógena necessária para identificar tais relações.

A identificação do efeito causado pela revelação de informação em variáveis de escolha - por exemplo, o voto - é sempre difícil devido a potencial existência de variáveis relevantes omitidas. Por exemplo, existem evidências de que pessoas mais instruídas votem em políticos menos oportunistas⁹. Tal relação pode ocorrer porque estes eleitores realmente têm mais informação, ou simplesmente porque são mais capazes de escolherem políticos com quem atendam aos seus interesses. Na nossa base de dados é possível identificar o efeito exclusivo da informação, pois o acesso à informação é influenciado por um sorteio. Portanto, a distribuição de pessoas “mais capazes” de escolher políticos com bom desempenho se dá de forma homogênea entre os eleitores que tiveram acesso a informação da fiscalização e os que não tiveram acesso a mesma. Na prática o programa de fiscalização da CGU nos permite separar os municípios fiscalizados em dois grupos: aqueles que tiveram a informação revelada antes da eleição e aqueles em que a informação foi revelada depois da eleição. O Gráfico 1 mostra a periodicidade da divulgação dos relatórios.

⁹ No artigo de Besley, Pande e Rao (2003) os autores usando dados de uma vila na Índia mostram que pessoas com maior nível de educação votam em políticos que usam de forma mais adequada um cartão de transferência de renda.

Caso a aleatorização tenha sido bem feita, os dois grupos de municípios só diferem pelo choque de informação recebido¹⁰. Portanto, diferenças observadas em escolhas feitas no período eleitoral podem ser atribuídas à revelação da informação. Na prática, estamos interessados no efeito da revelação da informação condicional ao conteúdo da informação. Ou seja, o ganho potencial de ter a informação antes da eleição depende tanto da expectativa que os eleitores têm do nível de corrupção, quanto da corrupção que de fato foi encontrada. Tendo em vista o objetivo desse artigo, onde pretendemos testar se partidos políticos são responsabilizados por atitudes cometidas por seus filiados e se tal efeito gera conseqüências sobre as escolhas partidárias, é interessante mensurar o efeito da informação condicional ao nível de corrupção anunciado. Todas as inferências apresentadas nesse artigo se baseiam em alguma variante desse efeito condicional. Com o intuito de testar o efeito de informar o eleitorado do nível de corrupção sobre o processo político, propomos a seguinte regressão.

$$(1) \quad Y_{mr} = \alpha + \beta(A_{mr} \times C_{mr}) + \gamma A_{mr} + \delta C_{mr} + X_{mr}\Delta + v_r + \varepsilon_{mr}$$

onde Y_{mr} é uma variável de interesse no município m na região r (*desempenho eleitoral do partido do prefeito fiscalizado, medida de punição do político corrupto, qualidade do candidato*); A_{mr} é uma variável binária igual a 1 caso a revelação da informação contida no relatório daquele município tenha ocorrido antes das eleições de 2004; C_{mr} é uma medida de corrupção do município encontrado na fiscalização; $A_{mr} \times C_{mr}$ é a interação entre as duas últimas variáveis definidas, ou seja, intuitivamente é uma variável igual a zero caso a informação tenha sido revelada depois da eleição e igual à medida de corrupção do município encontrado na fiscalização quando este obteve a informação antes das eleições; X_{mr} é um vetor de características municipais usadas como controles, no caso: média dos anos de escolaridade da população, logaritmo do PIB *per capita* de 2004, proporção de população que reside em área urbana em 2000, e total da população em 2004; v_e é um vetor de variáveis binárias de efeito fixo de região.

¹⁰ Ferraz e Finan (2008) fazem diversos testes e os resultados corroboram a hipótese de que a aleatorização foi bem feita.

O coeficiente β é o efeito sobre a variável de interesse causado pela revelação da informação, que é condicional ao nível de corrupção encontrado.

A hipótese de identificação é que a seleção dos municípios que receberam a informação antes da eleição é independente do ganho de receber a informação. Essa hipótese é suficiente para que o método de mínimos quadrados gere um estimador consistente de β . Como na base de dados a seleção dos municípios é aleatória, a hipótese de independência entre a variável explicativa e o erro condicional (ε_{mr}) é satisfeita. A intuição do teste é a seguinte: se municípios com certo nível de corrupção em que a informação foi revelada antes das eleições apresentaram um comportamento da variável de interesse sistematicamente diferente de municípios com o mesmo nível de corrupção, mas que não tiveram acesso à informação, a princípio podemos atribuir esse diferencial à revelação da informação.

Além desse efeito condicional simples, estamos também interessados na interação do efeito da informação com características dos partidos, pois algumas características podem acentuar/anular o efeito causado pela revelação da informação. Nesses casos, nossa especificação é:

$$(2) \quad Y_{mr} = \alpha + \zeta(A_{mr} \times C_{mr} \times M_{mr}) + \beta(A_{mr} \times C_{mr}) + \eta(A_{mr} \times M_{mr}) + \gamma A_{mr} + \lambda(C_{mr} \times M_{mr}) + \delta C_{mr} + \kappa M_{mr} + X_{mr}\Delta + v_r + \varepsilon_{mr}$$

onde M_{mr} é uma característica do partido do prefeito no município m na região r . Os novos termos são interações dessa nova variável com aquelas já definidas na equação (1). O coeficiente ζ é o diferencial do efeito da revelação da informação sobre a variável de interesse que é consequência da existência da característica M_{mr} , condicional ao nível de corrupção encontrado. A seguir descrevemos as variáveis de interesse e as características do partido utilizadas.

Com o objetivo de testar se eleitores quando informados da ocorrência de corrupção responsabilizam partidos políticos, usamos a especificação (1) onde a variável de interesse é uma medida de desempenho eleitoral do partido do prefeito fiscalizado. Um coeficiente β negativo significa que eleitores de municípios onde o

prefeito é corrupto votam menos no partido político do prefeito atual quando a informação de corrupção foi revelada antes das eleições. A amostra utilizada nas especificações onde testamos se os eleitores informados responsabilizam os partidos é restrita a todos os municípios fiscalizados em que o prefeito no mandato 2000-2004 não pode se reeleger porque está no 2^o mandato. Os resultados com a amostra completa são similares – eleitores também responsabilizam partidos. Entretanto, optamos por apresentar apenas os resultados em que a amostra abrange apenas prefeitos que não podem se reeleger por acreditarmos ser uma medida mais precisa da punição ao partido – a punição ao político nos municípios incluídos é mais fraca pois o mesmo não está disputando as eleições.

Os partidos políticos são intermediários entre políticos e eleitores. Até essa parte do trabalho propusemos apenas testes para a hipótese de que eleitores punem partido políticos por baixa *performance* de seus filiados. Se essa hipótese de fato é válida, a provisão de informação de corrupção altera incentivos de partidos políticos e possivelmente o seu comportamento.

Realizamos alguns testes com o intuito de melhor compreender o efeito da informação sobre o comportamento dos partidos com respeito à punição e à seleção de políticos. Como sugerido na seção teórica, quando políticos são revelados corruptos, eleitores atribuem uma maior probabilidade de que os membros do partido, no qual o político está associado, sejam corruptos. Assim, a informação afeta o valor em eleições futuras de políticos revelados corruptos e conseqüentemente a pré-disposição dos partidos em fazerem concessões políticas e financeiras de forma a atraí-los. No caso de políticos que podem se reeleger o efeito da revelação da informação sobre a atratividade do político pode ser particularmente importante. Do ponto de vista do partido, um político que pode se reeleger é eleitoralmente muito valioso, e talvez a informação reduza substancialmente essa vantagem política¹¹. A amostra onde testamos o efeito da informação sobre a troca de legenda partidária contempla todos os municípios fiscalizados. Usamos a frequência com que o político troca de partido como Proxy da punição sofrida pelo político. Mais especificamente, usamos como variável dependente

¹¹ Alguns artigos procuram compreender os motivos da vantagem eleitoral de políticos que estão no mandato. (Samuelson, 1987; Mesquita e Ashworth, 2005; Londregan e Romer, 2003)

na especificação (1) uma variável binária igual a 1 se o partido do prefeito do município fiscalizado em 2004 é igual a aquele que o apoiava em 2002.

Assim, o coeficiente β mede se a probabilidade do político mudar de legenda partidária se altera com a revelação da informação, condicional ao nível de corrupção encontrado. Num contexto onde os partidos expulsam políticos de forma freqüente, o sinal esperado do β é negativo. Ou seja, a informação reduz a probabilidade político corrupto permanecer no partido. Entretanto, no Brasil a troca de partido é freqüente e motivada por interesses do político, sendo raros os casos de expulsão¹². Desposato (2006a) estuda as razões que levam políticos a mudarem de partido no Brasil, a razão mais importante segundo o autor é para ter maior acesso a recursos públicos advindos de outras esferas de governo. Assim, nesse contexto onde políticos mudam de partidos para ter mais acesso a recursos, o sinal esperado do β é positivo. Intuitivamente, a informação de corrupção reduz os benefícios oferecidos ao político com a troca de partido, e conseqüentemente, políticos permanecem nos mesmos partidos..

Com objetivo de melhor interpretar o sinal do β realizamos alguns testes usando a especificação (2), onde a variável dependente continua sendo a medida de mudança de legenda partidária. Testamos se quando o prefeito esta em partidos menos importantes – partido pequeno em termos de cargos eletivos conquistados; partido não é o partido do presidente e/ou do governador; nacionalmente pouco representativo – a probabilidade de permanecer no partido é maior após a revelação da informação. Cada uma dessas medidas de importância do partido foi usada separadamente como uma característica do partido (M_{mr}) na especificação (2).

Além de afetar o comportamento de partidos com respeito a disciplina imposta ao político, a informação pode afetar a capacidade de partidos em atrair bons políticos. Como sugerido na seção teórica, a informação de corrupção revelada dificulta a capacidade do partido eleger um político e, conseqüentemente, afeta a escolha de apoiar algum candidato. Com objetivo de testar se isso acontece, usamos a especificação (1) onde a variável de interesse é uma variável binária igual a 1- se o partido do prefeito apoiou um candidato na eleição para prefeito. Também, como a informação dificulta a capacidade do partido eleger um político, é possível que políticos prefiram não

¹² Desposato (2006a) enfatiza que casos de expulsão são raros no contexto Brasileiro.

concorrer caso tenham melhores alternativas profissionais em comparação com a disputa pelo cargo. Com o intuito de testar se o candidato apoiado pelo partido do político corrupto tem alternativas piores quando a informação foi revelada antes das eleições, usamos a especificação (1) onde a variável de interesse é escolaridade e idade do candidato.